

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABIRA – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ADRIANO ANTÔNIO BORGES



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012

Data da instalação: 8-11-2013

Data de implantação do PJe: 8-4-2014

Jurisdição: Itabira, Bom Jesus do Amparo, Itambé do Mato Dentro, Passabém, Santana
Maia de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 24-8-2021, p. 7.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 16-12-2020

Às 8 horas do dia seis de setembro de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020, na 2ª Vara do Trabalho de Itabira, situada na Avenida Prefeito Li Guerra, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Adriano Antônio Borges**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Maria da Consolação Coelho Teixeira; os servidores Ana Katia Almeida de Sousa, Diego Zanon de Souza, Evaldo Duarte Lage, Reney Sena de Brito, Tiago José Vieira de Souza Lopes; a estagiária Flaviany da Penha Costa. Ausente a servidora Cláudia Maria dos Santos Braga, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 350 processos, distribuídos neste ano até o dia 30-8-2021, apurando-se a média de 2,2 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até o dia 30-8-2021, 5 cartas precatórias, dentre elas 3 executórias. Das recebidas em 2021, 5 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 457 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 123 processos foram remetidos neste ano até o dia 30-8-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 20 processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 40 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 193 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 4 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 3 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), não há processos sobrestados com temas já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010640/19: sobrestado em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente;

0010063/20, 0010102/21: sobrestados pendentes do julgamento de outras ações.

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Itabira - 02a Vara							
	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)	01/06/20 a 31/05/21	2º trim/2021 (01/07/20 a 30/06/21)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	29,84	16,61	12,78	21,66	26,94	25,77	25,32	21,56

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 30-8-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	51
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	50
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	21

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	4
--	---

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2019	1	2
2020	6	1

2021 – ano de referência	115	
TOTAL	122	0,07

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de agosto até o dia 3a):

Processo	Classe	Tarefa
0010640-09.2019.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010063-52.2020.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010143-58.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010361-44.2020.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010368-36.2020.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0010483-85.2020.5.03.0097	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Elaborar sentença
0010491-34.2020.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Triagem Inicial
0010049-34.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010054-56.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010059-23.2021.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010081-39.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Triagem Inicial
0010102-15.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010113-44.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010121-21.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010125-58.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010130-80.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010133-35.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010138-57.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010140-27.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência

	Ordinário	
0010148-04.2021.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	167

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	137

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	148

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0

		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	21
--	--	--	----

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Itabira - 02a Vara							
	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/2021 a 31/03/2021)	01/06/2021 a 31/05/2021	2º trim/2021 (01/07/2021 a 30/06/2021)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	56,79	41,09	52,94	58,85	43,77	46,01	43,64	45,19

Existem 260 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 196 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 64 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 30/08/2021

No ano anterior, até dia 30/08/2020 – havia 236 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 163 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 73 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 30):

Processo	Classe	Tarefa
0010363-87.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito	Cumprimento de Providências

	Sumaríssimo	
0010067-02.2014.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010226-42.2014.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010238-22.2015.5.03.0171	Cautelar Inominada	Cumprimento de Providências
0010368-12.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010171-57.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010354-28.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010184-56.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010470-34.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010303-80.2016.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010943-83.2016.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0000433-79.2014.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000519-50.2014.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000065-70.2014.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0000560-17.2014.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000122-25.2013.5.03.0171	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0000566-24.2014.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010732-81.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando apreciação pela instância superior
0011259-33.2015.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010609-49.2016.5.03.0171	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando apreciação pela instância superior

FASE DE EXECUÇÃO – Janeiro a Julho 2021

Descrição da Vara	Execuções Iniciadas	Execuções Encerradas	Pendentes de Baixa
Itabira – 02a Vara	91	53	144

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de agosto 2021 apurado até dia 30):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	12	4
Fevereiro	11	8
Março	11	9
Abril	12	33
Maio	6	21
Junho	13	16
Julho	12	13
Agosto	12	8
Setembro	7	0
Outubro	6	0
Novembro	32	0
Dezembro	23	0
TOTAL	157	112

	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07	2021/08
ADRIANO ANTONIO BORGES	6	11	12	6	12	4	12	7	6	32	23	3	1	9	33	21	16	9	5
CRISTIANO DANIEL MUZZI																		4	3
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS						8													
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO	4											1	4						
UILLIAM FREDERIC DLOPES CARVALHO	1				1								3						
Totais	11	11	12	6	13	12	12	7	6	32	23	4	8	9	33	21	16	13	8

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de agosto 2021 apurado até dia 30):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	2	4
Fevereiro	8	8
Março	11	10
Abril	2	8
Maio	3	22
Junho	4	19
Julho	5	17

Agosto	6	9
Setembro	13	0
Outubro	7	0
Novembro	3	0
Dezembro	9	0
TOTAL	73	97

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 5-9-2021, existem 23 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	2
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	20
Tutelas Provisórias Pendentes	1
Total	23

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 8-9-2021 havia 4 processos:

- a) **inicial por videoconferência:** 2 processos;
- b) **instrução por videoconferência:** 1 processo;
- c) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010160/15, 0010315/21, 0010316/21, 0010212/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS

JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possuía, até o dia 2-9-2021, 2 processos físicos no total e não possuía processos migráveis.

Exame dos autos dos processos 0010200/21, 0010096/21, 0010047/21, 0010063/21, 0010065/21, 0010410/21, 0010440/20, 0010251/20, 0010640/19, 0010361/20, 0010063/20, 0010143/20, 0010368/20, 0010059/21, 0010102/21, 0010264/21, 0010253/21, 0010248/21, 0010226/21, 0010041/21, 0010043/21, 0010099/21, 0010135/21, 0010152/21, 0010182/21, 0010534/20, 0010216/21, 0010188/21, 0010160/21, 0010191/21, 0010050/21, 0010464/20, 0010228/21, 0010545/20, 0010262/21, 0010155/21, 0010261/21, 0010530/20, 0010190/21, 0010260/21, 0010247/21, 0010548/19, 0010287/21, 0010453/20, 0010442/20, 0010293/20, 0010288/21, 0010026/20, 0010248/21, 0010278/20, 0010181/20, 0010332/18, 0010067/21, 0010016/18, 0010230/20, 0010206/21, 0010045/21, 0010066/21, 0010123/21, 0010115/21, 0010297/21, 0010249/21, 0010233/21, 0010275/21, 0010201/21, 0010168/19, 0010247/19, 0010292/19, 0010314/21, 0010171/19, 0010640/19, 0010125/19, 0010121/19, 0010261/19, 0010266/20, 0010515/20, 0010360/20, 0010182/21, 0010534/20, 0010099/21.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0010264/21, 0010253/21, 0010248/21, 0010226/21, 0010041/21, 0010043/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil pública em tramitação.

Processo	Classe	Tarefa	Fase
0010111-45.2019.5.03.0171	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Classe	Tarefa	Fase
0010448-97.2020.5.03.0171	Ação Civil Coletiva	Cumprimento de Providências	Liquidação
0010462-81.2020.5.03.0171	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010152-46.2018.5.03.0171	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	27	44	31
Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	48	73	74

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	12	12	28/09/2021 – 15 dias
Procedimento Ordinário	13	12	29/09/2021 – 16 dias
Instrução	7	41	09/11/2021 – 43 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 30-8-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	337	85

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de	Prazo médio
--	---------------	-------------

	processos	(em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	132	139

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	52	476
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	74

No ano de 2021, até o dia 30-8, com 159 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	30-8-2021	Média dia/útil
Julgados procedentes	89	0,5
Julgados procedentes em parte	89	0,5
Julgados improcedentes	14	0,08
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	194	1,2
Extintos sem resolução de mérito	9	0,05
Arquivamento	6	0,03
Desistência	11	0,06

Outras decisões sem resolução de mérito	34	0,2
Total sem resolução de mérito	60	0,3
Decisões de conhecimento	254	1,5
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	77	0,4
Conciliações	96	0,6
Decisões de incidentes na liquidação/execução	54	0,3
Total	485	3,0

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	87	0,3
Julgados procedentes em parte	161	0,6
Julgados improcedentes	17	0,07
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	266	1,1
Extintos sem resolução de mérito	15	0,06
Arquivamento	10	0,04
Desistência	18	0,07
Outras decisões sem exame de mérito	118	0,5
Total sem exame de mérito	161	0,6
Decisões de conhecimento	427	1,8
Decisões decorrentes da oposição de	109	0,4

embargos de declaração		
Conciliações	143	0,6
Decisões de incidentes na liquidação/execução	66	0,2
Total	745	3,1

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em agosto de 2021, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	13	0,6
Conciliação em execução	5	0,2
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	15	0,7
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	17	0,8
Una/Una (rito sumaríssimo)	30	1,4
Total	80	3,8

No mês de agosto de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 8 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, execução e liquidação no mês de agosto 2021 apurado até dia 30:

Fase	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Janeiro	6	3			1	2
Fevereiro	14	7	1		1	2

Março	10	23		2	2	4
Abril	3	17		2		2
Maiο	12	12	1		2	1
Junho	12	23	1	2		5
Julho	8	16			1	
Agosto	19	7			1	1
Setembro	19		2		3	
Outubro	25				1	
Novembro	17				5	
Dezembro	7				2	
TOTAL	152	108	5	6	19	17

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07	2021/08
ADRIANO ANTONIO BORGES		3	12	3	15	13	6	20	24	26	22	8		3	29	21	13	29	15	7
CRISTIANO DANIEL MUZZI																			1	1
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS							3													
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA												1						1		
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO	7	13												5	6					
Totais	7	16	12	3	15	13	9	20	24	26	22	9	5	9	29	21	13	30	16	8

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de agosto 2021 apurado até dia 30):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	38	19
Fevereiro	81	71
Março	61	86
Abril		81
Maiο	50	95
Junho	69	101
Julho	32	58
Agosto	70	72
Setembro	79	
Outubro	100	
Novembro	94	
Dezembro	59	

TOTAL	733	583
-------	-----	-----

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07	2021/08
ADRIANO ANTONIO BORGES		30	61	50	69	32	70	79	100	94	58		24	86	80	95	100	47	55
CRISTIANO DANIEL MUZZI																		11	17
FLAVIA CRISTINA ROSSIDUTRA											1							1	
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO	38	51										19	47		1				
Totais	38	81	61	50	69	32	70	79	100	94	59	19	71	86	81	95	101	58	72

Foram realizadas, na unidade, 80 audiências em agosto de 2021. Foram realizadas 17 audiências de 1-9-2021 a 2-9-2021 e designadas 81 audiências de 3-9-2021 até do dia 30-9-2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de agosto 2021 apurado até dia 30):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	65	24
Fevereiro	47	30
Março	51	54
Abril	26	47
Maiο	20	44
Junho	53	59
Julho	52	39
Agosto	53	53
Setembro	50	
Outubro	68	
Novembro	52	
Dezembro	33	
TOTAL	570	350

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07	2021/08
	20																			
ADRIANO ANTONIO BORGES	36	27	37	21	20	53	28	53	50	68	52	33	21	20	40	46	44	58	36	27
CRISTIANO DANIEL MUZZI																			3	26
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS							24													
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO	9	20	14	5									3	10	14	1		1		
Totais	65	47	51	26	20	53	52	53	50	68	52	33	24	30	54	47	44	59	39	53

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de agosto 2021 apurado até dia 30):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	450	401
Fevereiro	568	478
Março	550	597
Abril	270	561
Maiο	560	536
Junho	538	623
Julho	628	686
Agosto	444	627
Setembro	521	
Outubro	564	
Novembro	548	
Dezembro	391	
TOTAL	6032	4509

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h10min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 30-8
Processos recebidos	771	539	350
Média por dia útil	3,3	2,2	2,2
Processos remanescentes do ano anterior	51	158	135
Sentenças anuladas	7	2	6

Total de processos para solução	829	699	491
Processos solucionados	733	570	350
Processos conciliados	267	143	96
Produtividade	88,42%	81,54%	71,28%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 30% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 6,8%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 30-8-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	96
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	350

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	350
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	357

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	100
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	58

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 30-8-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	167
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	298

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 30-8-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	298
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	98
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	8

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	167
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	148
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	8

Perfil da Vara do Trabalho		Itabira - 02a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021	2º trim 2021 01/07/2020 a 30/06/2021
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,03	0,42	0,19
	I02 - Pendentes	395	403	381
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	82,17	86,09	86,78
	I05 - Prazo médio na	107,26	103,55	123,83

	liquidação (em dias)			
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	662,50	532,48	483,30
	I07 - Taxa de conciliação (%)	25,22	27,36	29,15
	I08 - Taxa de solução (%)	103,85	96,11	106,19
	I13 - Taxa de execução (%)	92,93	79,13	80,14
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	26,94	25,77	21,56
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	43,77	46,01	45,19
	I11 - Produtividade por servidor	71,50	75,88	80,50
	I12 - Pendentes por servidor	34,00	35,75	33,88
Meso	Acervo	0,05	0,10	0,08
	Celeridade	0,24	0,24	0,24
	Produtividade	0,55	0,59	0,59
	Congestionamento processual	0,22	0,24	0,27
	Força de trabalho	0,44	0,44	0,45
Macro	IGEST	0,2988	0,3216	0,3240
Posição IGEST		14	21	20
Movimentação processual		0501 a 0750	0501 a 0750	0501 a 0750

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$1.708.601,97	R\$419.697	R\$12.810.313,62

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor as Portarias 1/2014, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 29-8-2021, o percentual alcançado foi de 95,54% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 104,83%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,19% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 29-8-2021, o percentual alcançado foi de 106,61% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,57%.

Em 2020 a Meta “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,68%, de cumprimento da Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 98,21%.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 29-8-2021, o percentual alcançado foi de 79,16% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,96%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual

de 74,94% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,01%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 31-7-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 33,25% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 46,01%.

No ano 2021, até o dia 31-7-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 51,37% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 55,49%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,30%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Em 2020, a Meta 6 era “Priorizar o julgamento das ações coletivas – identificar e julgar até 31-12-2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2017 no 1º grau, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,26%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 103,75% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

Em 2-9-2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet, esta unidade organizacional possuía 2 processos físicos no total e não possuía processos migráveis.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

No ano 2021, até o dia 31-7-2021, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 87 dias, sendo de 190 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 82 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve

ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT N° 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

4) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

7) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2021 em relação ao mesmo período do ano 2020, conforme o item 1.10 da ata;

8) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

9) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

10) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

11) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

12) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 3**

CNJ/2021: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%;

13) acompanhado o Painel Interativo de Metas, disponível em <https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/metas-nacionais/painel-interativo>;

14) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e [https://www63.bb.com.br/portallb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portallb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

15) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

16) cumprida a recomendação N° 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

17) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

18) incentivado o uso do sistema SIF, disponibilizado pela CEF, devendo a Vara do Trabalho, em caso de adesão, informar-se junto banco, por meio do e-mail seg5750mg@caixa.gov.br e após consolidada a adesão, informado à Secretaria de Apoio Judiciário, para fins de controle, bem como o uso do Sistema SisconDJ, disponibilizado pelo Banco do Brasil no endereço eletrônico <https://siscondj.trt3.jus.br/portalltrtmg/login.jsp>;

19) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16,

disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia seis de setembro de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital 169/2021, publicado no DJe 24-8-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

MARISTELA IRIS DA SILVA Assinado de forma digital por
MALHEIROS:30831806 MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE Assinado de forma digital por
OLIVEIRA MOZART SECUNDINO DE
JUNIOR:30831138 OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.10.14 16:06:58 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria